

O usuário infantil na biblioteca pública: reflexões sobre critérios para desenvolvimento de acervo

The child user in the public library: reflections on criteria for the development of collection

Paulo Sérgio Ramos da Costa

Graduado em Biblioteconomia pela
Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: paulosergioramoss@uol.com.br

Asa Fujino

Doutora em Ciências da Comunicação pela
Universidade de São Paulo (USP). Docente na
Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: asa.fujino@gmail.com

RESUMO

O artigo apresenta ponderações acerca da leitura na contemporaneidade, tecendo observações sobre a importância do ato de ler e sobre pontos fundantes da Literatura Infantil. Em meio ao complexo cenário - que envolve as bibliotecas públicas brasileiras imersas nos desafios trazidos pela explosão informacional e pelo célere desenvolvimento das TICs - o texto almeja abarcar principalmente a problemática concernente a alguns critérios inatos ao desenvolvimento de coleções, levando-se em conta o usuário infantil nestas bibliotecas. Para tanto, destaca-se uma revisão de literatura que delineia todo um painel argumentativo alicerçado em alguns textos científicos. Verifica-se que a falta de uma política de desenvolvimento de coleções no âmbito de grande parcela das bibliotecas públicas do país e especificamente a ausência de estudos de comunidade no planejamento destas instituições - condições essenciais para acompanhamento das mudanças no perfil dos potenciais usuários - comprovam descompasso ante os interesses dos nativos digitais e a importância de aprofundar pesquisa sobre tais questões. Presume-se que a dificuldade para elencar critérios para lidar com coleções digitais também é uma constante no âmbito das bibliotecas públicas do Brasil. No que se refere ao usuário infantil, a pesquisa revelou o ineditismo do tema mediante a carência de literatura na Ciência da Informação sobre este público e propõe reflexões aos profissionais bibliotecários.

Palavras-chave: Desenvolvimento de Coleções. Biblioteca Pública. Leitura. Literatura Infantojuvenil. Público Infantil.

ABSTRACT

The article presents considerations about reading in contemporary times, making observations on the importance of the act of reading and on fundamental points of Children's Literature. Amid the complex scenario - which involves Brazilian public libraries immersed in the challenges imposed by the information explosion and the rapid development of ICTs - the text aims to cover mainly the problem concerning innate criteria for the development of collections, taking into account the child user in these libraries. To this end, a literature review stands out an entire argumentative panel based on some scientific texts. It appears that the lack of a policy for the development of collections within a large portion of public libraries in the country and specifically the absence of community studies in the planning of these institutions - essential conditions for monitoring changes in the profile of potential users - prove a mismatch before the interests of digital natives and the importance of deepening research on such issues. It is assumed that the difficulty in listing criteria for dealing with digital collections is also a constant within the scope of public libraries in Brazil. In relation to the child user, the research showed its uniqueness for the absence of literature in Information Science about this public and proposes reflections to librarian professionals.

Keywords: Development of Collections. Public Library. Reading. Child and Youth Literature. Child Library User.

1 INTRODUÇÃO

A gênese do artigo foi o desejo de irmanar a Literatura Infantil e a Biblioteconomia. O Desenvolvimento de Coleções foi escolhido como fundamentação matriz e nutriz e constatou-se, desde as primeiras pesquisas bibliográficas, a ausência do usuário infantil nos textos científicos referentes ao tema. O próprio termo “usuário infantil”¹ não foi recuperado amiúde; algum material foi obtido, empregando-se nas estratégias de busca o termo “nativos digitais”. Mesmo assim, a maioria dos textos versava sobre a biblioteca escolar, mas o foco da pesquisa era a biblioteca pública.

Ao pontuar tal configuração, deparamo-nos com um artigo do professor João Luís Ceccantini (1995), “Literatura Infantojuvenil, Leitura e Universidade: relações perigosas”, que, já em 1995, apresentava considerações acerca da marginalidade atribuída à literatura infantojuvenil nos meios acadêmicos, e que talvez pudesse indicar suposições que explicassem a inexistência de trabalhos que abordassem - com profundidade e acuidade teóricas - o universo infantil na Biblioteconomia. De fato - ante outros aspectos - a Literatura Infantojuvenil, segundo aquele autor, foi - por vezes - desqualificada pelo espaço sagrado da Universidade, sendo esquecida, inclusive, nos próprios currículos dos cursos de Letras por se desviar da tradição dos altos estudos de uma cultura erudita, tradição esta apregoada pela Academia.

Poder-se-ia supor, então, alguma similitude com o âmbito biblioteconômico, no que tangia à ausência de pesquisas de maior quilate relacionadas com o público infantil? A resposta configurou-se como sendo um tanto difícil, posto que, embora sejam áreas que se tangenciam, os cursos de Letras e Biblioteconomia têm especificidades próprias, fato este que dificulta supostas generalizações de tal amplitude.

¹ Convém mencionar um aspecto importante quanto ao viés teórico da Biblioteconomia. Durante as leituras para este artigo, averiguou-se que o próprio termo “usuário” foi considerado inadequado na exposição de Corrêa (2014). Em seu artigo, a autora procura abrir o debate sobre a pertinência deste termo, discutindo se ele é o que melhor define o sujeito que busca informação. Corrêa expõe que a conotação da palavra “usuário” carrega consigo uma ideia de unilateralidade, visto que deixa implícito que a pessoa, na biblioteca, simplesmente faz uso (intenso ou não) daquilo que lhe é disponibilizado. A troca, criatividade, interação, intervenção não ficam evidentes no termo. Para tanto, ela postula o uso do termo “interagente” que tem sido popularizado nos últimos anos por meio do conceito de “interatividade” que se atrela aos estudos mais recentes sobre o uso de ferramentas tecnológicas e dos recursos digitais. O termo “interagente” também é proposto em função da significativa presença do termo “interação” nos artigos publicados, no Brasil, acerca de estudos de usuário. Embora consideremos necessária a discussão de um novo termo, a proposta mostrou-se um tanto quanto ousada, apesar de o termo “interagente” se manifestar em alguns textos consultados no período do levantamento bibliográfico. Por ora, o termo “usuário” continuará sendo admitido neste artigo.

Neste contexto, inferiu-se, pois, que a contribuição de um artigo seria importante para a área, visto que os aspectos supramencionados seriam abarcados no artigo ambicionado, ajudando a situar o leitor em relação à tônica a ser tratada.

Depreendeu-se, logo, a premência de um panorama teórico que colocasse o leitor a par de certos preâmbulos no tocante à temática desenvolvida.

Assim, o presente artigo foi estruturado em capítulos que abordam a leitura na contemporaneidade, a Literatura Infantil, o papel desempenhado pelas bibliotecas públicas na sociedade, a função das tecnologias de informação e comunicação (TICs) na atualidade e, finalmente, o desenvolvimento de coleções propriamente dito. E a problemática concernente a alguns critérios inatos ao desenvolvimento de coleções, levando-se em conta o usuário infantil nos espaços biblioteconômicos públicos - ponto matricial do artigo - perpassa toda a discussão.

Cabe destacar que, nas considerações finais, fazendo uso do Guia de Classificação Indicativa (2018) da Secretaria Nacional de Justiça, aspirou-se a uma tentativa de estabelecer um contraponto com os critérios propalados pela nossa argumentação.

2 PANORAMA TEÓRICO

Conforme exposto, o delineamento de uma cosmovisão teórica que atentasse para a tríade vetorial (Desenvolvimento de coleções, Biblioteca Pública, Usuário Infantil) norteadora deste trabalho foi centelha vivaz para a pesquisa exploratória, cujos contornos são apresentados e realçados a seguir.

2.1 LEITURA NA CONTEMPORANEIDADE

Bozzini (2020) assevera a importância das vivências concretas e reais no cenário contemporâneo dominado pelas tecnologias de informação e comunicação. É importante que o bebê tenha uma mãe que cante para ele, que lhe conte histórias mesmo que ele não compreenda, nem fale ainda. A par disso, a criança precisa brincar com bola, pular corda, pisar na terra, subir em árvores, pular muros, atirar pedras... O corpo dela precisa ter vivências concretas, pois no momento que ela tiver acesso a isso imaginariamente - pela virtualidade das palavras ou imagens - ela já vai possuir uma referência concreta fincada em suas experiências pessoais e conseguirá estabelecer conexões afetivas fortes. Se a

virtualidade entra na vida da criança antes da experiência concreta, aciona um local meio ermo, meio vazio, sem lastro, sem raízes, sendo que isso acaba originando indivíduos manipuláveis, frágeis, não situados no mundo.

Tal configuração pode vincular-se à questão do livro. Em tempos de ciberespaço, recomenda-se que a experiência real preceda a vivência virtual e isso implica que a criança ouça histórias, manuseie o livro impresso e, depois, entre em contato com os dispositivos tecnológicos, a exemplo dos tablets.

No que concerne à leitura, se a imagem é disponibilizada de imediato, dificilmente a criança vai querer trilhar o processo de passar da palavra para a frase, depois para a ideia, depois para a imaginação de uma determinada coisa. A fase do faz de conta - em que a criança pega uma caixinha e diz que é um carro, pega um palito e diz que é uma espada - é fundamental para a constituição da psique. Se o desenho pronto da espada, por exemplo, já é dado a priori, isso inviabiliza o desenvolvimento da criança no que tange à constituição de seu aparato imagético. Uma vez que este aparato já tenha se formado, qualquer coisa pode ser oferecida à criança, desde DVDs, jogos, até livros digitais, pois seu intelecto já vai saber o que fazer com tais materiais (BOZZINI, 2020).

Não se trata, de maneira alguma, de subestimar a leitura digital; entretanto, sugere-se que ela só se efetive na criança em estágio posterior ao manuseio e à leitura do livro impresso. Nas palavras de Bozzini (2020), a leitura digital, por si só, deve consubstanciar-se “além de”, e não “ao invés de” livros físicos, brincadeiras com bola etc.

Percebe-se, porém, atualmente nos parquinhos, nas praças de alimentação dos shopping centers que os pequeninos estão pálidos, estão curvados como velhinhos, ou seja, estão sendo cerceados pelo uso das tecnologias móveis. Nos tablets e celulares, a imagem rápida e direta seduz os infantes. Muitos deles, ao terem acesso às imagens, não querem mais ler as palavras. Nos casos em que o livro impresso é introduzido, a situação é outra, até mesmo a nível físico: o folhear o livro implica outra relação da criança com o próprio corpo; as contações de histórias também promovem essa vivência sensório-motora, na medida em que a criança - sentadinha no chão ou no aconchego do colo dos pais - estabelece novas relações com o corpo (BOZZINI, 2020).

Simultaneamente, há toda uma propaganda midiática - subordinada ao aparato mercadológico e ao marketing das grandes empresas vendedoras de equipamentos tecnológicos - que afirma que os tablets e celulares promovem melhoria na educação e melhor acesso à informação. Com efeito, cria-se pela imposição da indústria capitalista do

mercado atual todo um discurso que põe em evidência a tecnologia digital; no fundo, o que se almeja é a venda do tablet, do celular etc. O próprio termo “gadget” usado hoje, na área da tecnologia - para designar aparelhos eletrônicos portáteis - foi empregado por Lacan, segundo Bozzini (2020), para representar todos os produtos do capitalismo que tentam tamponar a falta estrutural que move nosso desejo. Cumpre salientar o seguinte exemplo: a criança é ávida por conhecer o final da história que lhe está sendo contada. É esta avidez que a faz virar cada página do livro à espera de respostas para questões do tipo: “o cavaleiro vai matar o dragão?” À medida que o tablet lhe proporciona imagens, sons, movimentos que independem da vontade e imaginação pueris, ele tampona a falta estrutural na criança vinculada à curiosidade e age como um gadget também na acepção lacaniana, prejudicando seu pleno desenvolvimento.

É oportuno explicitar que os próprios gurus digitais do Vale do Silício tentam controlar a exposição dos filhos às telas, educando-os em escolas sem tablets ou smartphones. De acordo com reportagem no site do **El País**² (2019), até recentemente, a preocupação era que as crianças mais ricas levassem vantagem por acessar a Internet antes. Agora, quando a tecnologia se generalizou, o problema é o contrário: enquanto os filhos das elites do Vale do Silício são criados entre lousas e brinquedos de madeira, imersos em um modelo pedagógico que privilegia o aprendizado também pela emoção e pela criatividade, os filhos das classes baixa e média crescem colados em telas. É uma luta desigual, em que pais superatarefados ficam à mercê de equipes de engenheiros e psicólogos que engendram tecnologia para manter aqueles filhos viciados. Uma saída plausível é aquela em que os pais sejam mais proativos e aprendam a equilibrar, a limitar o uso de tablets e celulares por seus filhos, visando à sua saúde física e mental.

Convém pontuar que, embora o uso da tecnologia digital precise efetivar-se nos espaços educativos, as habilidades tradicionais de leitura e escrita devem ser também resgatadas e estimuladas, uma vez que é comprovado por muitos neurocientistas que as telas dos celulares, dos tablets e as redes sociais estão mudando radicalmente a maneira como são lidos e compreendidos os textos. De acordo com a neurocientista americana Maryanne Wolf (2019) em seu livro, **O cérebro no mundo digital: os desafios da leitura na nossa era**, é fundamental que sejam exercitadas as habilidades de leitura mais aprofundada em suportes de papel e em textos mais longos, com argumentação mais

² Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/20/actualidad/1553105010_527764.html. Acesso em: 25 jun. 2020.

acurada. De fato, é preciso que nossas crianças sejam poupadas das excessivas leituras digitais, posto que sua capacidade de decodificação e processamento das informações pode ficar comprometida. Infere-se, portanto, que deve haver um equilíbrio quanto à oferta e ao uso da tecnologia digital, sobretudo, nas escolas e bibliotecas.

Prosseguindo nesta linha argumentativa, convém citar o neurocientista brasileiro Roberto Lent (2020). Em matéria no jornal **O Globo**³ de 23 de abril de 2020, ele referiu-se ao trabalho desenvolvido por Horowitz-Kraus e Hutton (2018) em que se constatou que o tempo de leitura de livros dava mais conectividade nas redes do hemisfério esquerdo do cérebro (o lado estratégico, analítico da visão de cada indivíduo, que busca as razões que justificam os acontecimentos) do que o tempo decorrido diante de telas. Tal confirmação científica foi saudada pelos que trabalham com leitura e sabem que ler livros desenvolve a atenção, organiza o raciocínio, amplia a capacidade de concentração.

Um ponto, que merece ser ressaltado, é que a leitura do livro em papel e digital são processos diferentes, insubstituíveis e complementares, onde cada um deles tem sua importância na vida dos indivíduos. Por certo, urge enfatizar que o cerne da questão está no futuro da leitura, e não no formato do livro ou seu suporte. Embora a leitura na tela seja mais fragmentada, com menos profundidade; seja descontextualizada, não hierarquizada; e exija menos atenção e não potencialize o pensamento crítico, “ler on-line não é em si uma atividade intelectualmente menos desafiadora do que ler um livro. É apenas diferente e requer habilidades diferentes” (TAPSCOTT⁴, 2010, p. 139 apud FURTADO; OLIVEIRA, 2011 - tradução do autor). No âmbito específico das bibliotecas,

digital e papel, presencial e on-line, bibliotecário e usuário não são pares opostos, mas peças da engrenagem da biblioteca do futuro. [...] Tais elementos permitirão alcançar a integração desejada e oferecer novos serviços adaptados à sociedade digital (GÓMEZ DÍAZ; GARCÍA-RODRÍGUEZ, 2018, n. p. – tradução nossa e grifo nosso).

Nossos jovens, de acordo com Lima (2013), chegam às bibliotecas sem saber encontrar as informações de que necessitam, pois - devido à praticidade da Internet - eles não têm mais o hábito de procurar e selecionar o que é adequado. A geração do “agora” - que não tem mais paciência para uma leitura que seja antônimo de redes sociais, de

³Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/a-hora-da-ciencia/post/educacao-apos-pandemia-livros-ou-telinhas.html>. Acesso em: 05 abr. 2021.

⁴ TAPSCOTT, Don. **A hora da geração digital**. Rio de Janeiro: Agir Negócios, 2010.

Google e Wikipédia e que propaga uma série de erros ortográficos em suas redações escolares advindos da escrita abreviada e repleta de ícones gráficos visíveis na Internet - precisa ser incentivada a descobrir na biblioteca um local de tesouros escondidos. Para tanto, a formação de uma coleção híbrida, que contemple tanto a perspectiva analógica quanto o conteúdo digital, é fundamental para angariar novos leitores.

2.2 LITERATURA INFANTIL

Certamente alguns livros são capazes de estabelecer maior identificação com crianças ou com jovens do que outros, mas é simplista demais reduzir a literatura a produções dirigidas a determinadas faixas etárias. Tal postura tem a ver com mercados, não com literatura (AZEVEDO, [2009?]).

Este trecho – mencionado em entrevista no jornal **Cândido**⁵ [2009?] – explicita a opinião crítica do escritor e ilustrador Ricardo Azevedo acerca da segmentação que se faz entre literatura “adulta” e “infantojuvenil”.

De uma maneira sucinta, Azevedo pensa que existem literaturas escritas por especialistas tendo em vista a leitura de especialistas. Estas fazem uso de recursos muito enaltecidos em certos meios, como a metaficção, as buscas do estranhamento, a intertextualidade, os chamados fluxos de consciência, entre outros. Como resultado, há algumas obras relevantes e muitas obras insignificantes – em geral, por adotarem os recursos mencionados de forma mecânica. Todas, porém, com um denominador comum: a elaboração especializada tendo em conta o leitor especializado/instruído. Muitas vezes, essas obras são denominadas “adultas”. Ocorre que, talvez 90% dos leitores adultos, independentemente do grau de escolaridade, não estão capacitados para ler tais obras que costumam atrair um público acadêmico. Ao lado dessa literatura criada para iniciados, existem outras, bastante heterogêneas. No geral, elas poderiam ser chamadas de populares por duas razões: 1: invariavelmente, recorrem a uma linguagem pública, direta e acessível; 2: abordam temas humanos amplos da vida concreta, passíveis de gerar identificação imediata na maioria das pessoas, a despeito de graus de instrução e faixas de idade. Na literatura popular, os assuntos exploram angústias e perplexidades relativas ao “nós” e não ao “eu”. Para Azevedo, a chamada literatura infantojuvenil está inserida

⁵ Disponível em: <http://www.bpp.pr.gov.br/Candido/Pagina/Entrevista-Ricardo-Azevedo>. Acesso em: 25 jun. 2020.

neste grupo de obras. Por este viés, infere-se, pois, que ela é muito mais uma literatura popular do que infantil ou juvenil. Segundo este teórico, no plano do discurso, os livros para crianças não recorrem a uma “linguagem infantil” - algo que simplesmente não existe - mas sim a uma linguagem capaz de suscitar identificação e ser incorporada por crianças e adultos, cultos e analfabetos, ou seja, a uma linguagem popular.

Conforme Leila Maria Ferreira Salles, do Departamento de Educação do Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista, “os critérios geracionais utilizados para descrever os indivíduos nas diferentes etapas da vida não dão mais, sozinhos, conta de abarcar toda a complexidade da sociedade atual, assim, o conceito de geração deve ser problematizado” (SALLES⁶, 2005, p. 1 apud SANTOS; TEIXEIRA, 2012, p. 153).

A título de exemplificação e tomando-se para isso a palavra “adolescência”, no dicionário **Aurélio** (1975) ela é acolhida com dois sentidos. O primeiro a designa como período da vida humana entre a puberdade e a virilidade, dos 14 aos 25 anos. Já o segundo alude ao período que se estende da terceira infância até a idade adulta, caracterizado psicologicamente por processos conflituosos e contumazes esforços de autoafirmação. Posto isso, fica nítida a complexidade em se definir faixas etárias.

Ceccantini (2004), em artigo intitulado “Leitura e literatura infantojuvenil”, ao tratar da definição do gênero literatura infantil e juvenil, cita Peter Hunt (1990):

Trata-se de um tipo de literatura cujas fronteiras são muito nebulosas; não pode ser definida por características textuais, seja de estilo, seja de conteúdo, e seu público principal, a criança leitora, é igualmente escorregadio. Como um outsider do universo acadêmico, não se encaixa nitidamente em nenhuma das disciplinas estabelecidas e tem sido certamente esnobado por algumas delas [...] (HUNT⁷, 1990 apud CECCANTINI, 2004, p. 57 – tradução do autor).

De acordo com o escritor Luiz Bras (2013, p. 39), C. S. Lewis, em breve ensaio, lançou uma afirmação inquietante: “uma história para crianças de que só as crianças gostam é uma história ruim.” A provocação que emana das palavras do autor d’**As crônicas de Nárnia** pretende, realmente, alertar para o fato de que o rótulo “literatura para crianças” encobre contos e ficções muitas vezes híbridos que, produzidos para crianças, mesmo assim não deixam de encantar e seduzir também os mais velhos.

⁶ SALLES, Leila Maria Ferreira. Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 33-41, jan./mar. 2005.

⁷ HUNT, Peter. **Children’s Literature: The Development of Criticism**. London; New York: Routledge, 1990.

Santos (2015, p. 121) defende que o termo “infantojuvenil” é impreciso, pois abrange um grupo de leitores implícitos que vai desde a primeira infância até indivíduos que estão chegando à vida adulta. Existe a possibilidade, normalmente adotada, de cindir essa literatura em dois grandes grupos, a literatura infantil e a juvenil. O que acontece na prática, porém, é que o termo “infantojuvenil” é usado de modo indiscriminado como sinônimo tanto da literatura para crianças como para adolescentes e, também, para denominar o conjunto oriundo da junção das duas.

Neste ponto, cabe ressaltar que no presente artigo foi necessário formalizar um procedimento metodológico, visto que se considerou como foco de análise apenas o público infantil e, para tanto, levou-se em conta apenas aquele público com idade até os doze anos incompletos. Atentou-se, neste caso, ao artigo segundo do **Estatuto da Criança e do Adolescente** (Lei nº 8.069/1990). Admitiu-se, então, uma Literatura “Infantil” como elemento basilar, em função do mencionado ajuste temporal.

Com efeito, no tocante à nomenclatura - se há uma literatura infantojuvenil ou uma literatura infantil e outra juvenil -, não é objetivo deste artigo propor uma solução ou uma forma de tornar mais claras as terminologias, embora as questões supracitadas devam ser mencionadas, pois ajudam a melhor esclarecer o objeto a ser tratado.

Por fim, torna-se oportuno salientar que, infelizmente em nossa sociedade, as Literaturas Infantil e Juvenil não são aferidas de maneira digna. Se os próprios cursos de Letras - sob as palavras de Faria (2007, p. 7) - denotam um injustificado preconceito em relação à pesquisa sobre Literaturas Infantil e Juvenil; se, em muitos casos, o próprio aspecto literário dos textos para crianças é contestado, sob o argumento enganoso de que literatura “não tem adjetivo” e, portanto, não existiria uma “Literatura Infantojuvenil”; se raramente há nos currículos de Letras uma disciplina voltada à literatura para crianças e jovens, já que esta acaba não sendo apreciada como Literatura com “L” maiúsculo, o que dizer acerca da simplificação e do tratamento pouco criativo e inteligente dado a esse tipo específico de literatura pelas instâncias de nossa sociedade?

Um fato recente, que remete a essa menos-valia associada às Literaturas Infantil e Juvenil, foi divulgado por Marina Colasanti (2019) em uma crônica intitulada “Mais uma vez”. A escritora e ilustradora afirmou, na época, que o jornalão de que era assinante, ao noticiar a premiação do Jabuti do ano de 2019, omitira os vencedores em Literatura Infantil e Juvenil. Não por falta de espaço, pois a matéria fora longa. Segundo ela, essa

omissão mais uma vez informava, de forma mais clara do que qualquer declaração, em que patamar o Brasil colocava a literatura de formação.

De fato, nossa literatura de formação está desvalorizada. Mas se os adultos não a tivessem recebido na infância, como saberiam navegar na linguagem simbólica? Como saberiam lidar com o imaginário que constitui o possível colóquio com o núcleo profundo do ser? É, pois, urgente reavaliar pontos de vista ainda dissonantes.

2.3 O PAPEL DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE

O Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas⁸ (1994 apud FERRAZ, 2014, p. 21) evidencia os princípios universais para as instituições, destacando as funções primordiais destas: informação, educação, alfabetização, cultura e lazer.⁹

Segundo Freitas e Silva (2014, p. 128), constata-se que, no Brasil, o cenário das bibliotecas públicas difere do apresentado pelo Manifesto. Na verdade, “ela [biblioteca] é vista como força tão diminuta e tão fortemente ligada a outras instituições que estas nunca suspeitaram dela como agente provocador de mudanças na sociedade” (MILANESI, 1989, p. 15). Sob esta perspectiva, uma parte considerável das bibliotecas públicas brasileiras permanece paralisada no tempo em diversos aspectos. A par disso,

no Brasil, as bibliotecas públicas têm atuado como bibliotecas escolares, uma vez que a maioria das escolas públicas não possuem bibliotecas. [...] Dessa maneira, as bibliotecas públicas [...] não desenvolvem plenamente a função para a qual de fato existem (VALENTIM, 2016, p. 23).

O cenário internacional é profícuo para evidenciar características condizentes com as questões aqui analisadas. Mélanie Archambaud, bibliotecária responsável pela rede de bibliotecas da cidade de Bordeaux - França, defende que a biblioteca do futuro é

⁸UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**. Holanda: IFLA/UNESCO, 1994.

Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>. Acesso em: 16 nov. 2019.

⁹ Tendo em vista que, neste trabalho, um dos focos é o usuário infantil, cumpre destacar que, em 2001, a IFLA, em colaboração com a UNESCO, lançou novas diretrizes para bibliotecas públicas como uma forma de complementar o manifesto anteriormente lançado. De acordo com Senna, Barbosa e Souza (2017, p. 118), o objetivo foi auxiliar as bibliotecas dos vários países do mundo a implementar e organizar serviços para crianças. De acordo com essas diretrizes, as bibliotecas públicas têm uma responsabilidade fulcral no apoio ao processo de aprendizagem da leitura e na promoção do livro e de outros materiais para crianças. A biblioteca pública tradicional deve ter um espaço adequado aos infantes, facilmente reconhecível, distinto das outras partes da biblioteca. Ademais, às crianças deve ser disponibilizado o livre acesso aos recursos e meios de comunicação da biblioteca, além do aproveitamento de atividades especiais voltadas também aos pais e cuidadores.

participativa e possui o usuário como centro de gravidade, em detrimento do livro. Os resultados obtidos no seu projeto “Nova Geração” elencaram que a diversidade temática, os espaços conducentes a usos induzidos e uma programação cultural regular e diversificada são os três princípios para uma “democratização cultural através de uma diversificação das formas de expressão” (ARCHAMBAUD¹⁰, 2013 apud SILVA; SABBAG, 2019, p. 5). A autora acredita que é imprescindível dessacralizar a biblioteca, evidenciando a necessidade de as bibliotecas públicas desenvolverem atividades de acordo com a mudança dos hábitos de seus públicos.

No Brasil, órgãos - como o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) - podem encorajar as bibliotecas com maiores recursos e infraestrutura - a exemplo das bibliotecas públicas estaduais - a desenvolverem iniciativas inovadoras, estabelecendo-se como referências para as demais (SILVA; SABBAG, 2019).

A consciência em prol de uma Biblioteconomia engajada socialmente está cada vez mais em evidência. Empoderar significa dar protagonismo. Neste contexto, irrompe a ideia de tomar posse da biblioteca. Como afirma Bernardino¹¹ (2017 apud BERNARDINO, 2018, p. 2557), adequar a biblioteca ao seu público é muito mais que levar o usuário até a biblioteca. Significa incorporar a comunidade ao equipamento, transformando-a em protagonista. Assim, como equipamento público a biblioteca cumpre seu papel social: uma biblioteca pública construída pela e para a sua comunidade (BERNARDINO, 2018).

É importante salientar que a biblioteca pública deve fazer parte da política cultural de governo e deve ser apoiada por uma legislação específica que garanta recursos para investimento em acervo, serviços e capacitação de pessoal. Mas acontecimento recente revela como estão as políticas públicas para o setor. Em setembro de 2019, conforme reportagem do site **Biblioo**¹² (2019), com menos de uma semana para a realização do VI Fórum Brasileiro de Bibliotecas Públicas - que estava programado para acontecer durante o XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação - o SNBP comunicou o cancelamento do Fórum, em função de restrições orçamentárias compulsórias para o presente exercício aos Ministérios. Na época, a Federação Brasileira de Associações de

¹⁰ ARCHAMBAUD, Mélanie. L'espace Nouvelle Génération à la Bpi: de l'enquête au projet. In: IFLA WLIC 2013- FUTURE LIBRARIES: INFINITE POSSIBILITIES, 2013, Singapura. **Proceedings [...]**, Haia: IFLA, 2013, p. 3. Disponível em: <http://library.ifla.org/100/>. Acesso em: 18 nov. 2019.

¹¹ BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Territorialidade e empoderamento da biblioteca pública. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jul./dez. 2017.

¹² Disponível em:

<https://biblioo.cartacapital.com.br/brasil-nao-possui-bibliotecas-em-numero-suficiente-diz-manifesto-da-febab/>. Acesso em: 25 maio 2020.

Bibliotecários (FEBAB) se pronunciou publicamente por meio de um manifesto contra o desmonte das políticas públicas para o setor e de repúdio à falta de investimentos no âmbito federal, estadual e municipal em bibliotecas públicas brasileiras. Segundo este manifesto, o Brasil não possui bibliotecas em número suficiente, dotadas de serviços de qualidade para atender às demandas de informação e leitura da população.

De fato, cumpre enfatizar que, no que tange ao SNBP, outra reportagem do site **Biblio**¹³ (2019) mencionou que permanece totalmente obscuro o destino daquele órgão, bem como o do Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB).

No caso particular das bibliotecas da Rede Municipal de São Paulo, segundo Petelin (2019), devido à falta de políticas bem definidas na área de mediação de leitura, as atividades oferecidas por tais equipamentos se caracterizam pela carência de programas voltados para a formação de leitores a longo prazo. Como observa Sílvia Oberg (2020), nem sempre os responsáveis pelas mediações de leitura nas bibliotecas conhecem os acervos de Literaturas Infantil e Juvenil – muitas vezes, nem mesmo são leitores. Assim, o modo como o livro é oferecido às crianças nem sempre é o mais adequado. Infere-se, pois, a necessidade de ressignificação da figura do bibliotecário.

De fato, a biblioteca - enquanto espaço catalisador - deve contribuir para a formação do leitor literário, à medida que - por meio da veiculação da Literatura (e dir-se-á aqui, da Literatura Infantil) nas diversas tipologias textuais - propõe indagações ao leitor, dando ensejo à estruturação da criticidade na criança. Daí a relevância da seleção e aquisição dos livros infantis nas bibliotecas públicas, que, nas palavras de Oliveira¹⁴ (2005, p. 125 apud PAIVA; OLIVEIRA, 2010, p. 29), devem sempre convidar à fruição.

2.4 AS TICs NA ATUALIDADE

Tecnologia e interatividade, globalização e virtualidade, organização e automação são algumas das múltiplas facetas da sociedade da informação. Esta não é um modismo. Representa um fenômeno global, uma profunda mudança na organização da sociedade e da economia, havendo quem a considere um novo paradigma técnico-econômico (TAKAHASHI, 2000, p. 5). Em meio a esta configuração, transitam as TICs – “Tecnologias

¹³ Disponível em: <https://biblio.cartacapital.com.br/o-incomodo-e-insistente-dilema-das-bibliotecas-brasileiras/>. Acesso em: 22 maio 2020.

¹⁴ OLIVEIRA, Ana Arlinda de. **Leitura, Literatura Infantil e Doutrinação da Criança**. Cuiabá, MT: Ed. da Universidade Federal de Mato Grosso; Entrelinhas, 2005.

da Informação e Comunicação” – cujo termo, conforme Costa, Duqueviz e Pedroza (2015, p. 604), é o mais comum para se reportar aos dispositivos eletrônicos e tecnológicos, incluindo-se computador, Internet, tablet e smartphone.

É oportuno mencionar que, neste cenário da Web 2.0 (conceito que define o funcionamento da Internet a partir do ano 2000), são considerados nativos da “geração Google” os sujeitos que nasceram após 1993. As gerações anteriores edificavam seu conhecimento com livros e bibliotecas convencionais, enquanto a “geração Google” está intrinsecamente relacionada à utilização de TICs para a busca e o uso de informação (UNIVERSITY COLLEGE LONDON¹⁵, 2008 apud LANZI *et al.*, 2012, p. 58).

A expressão “geração Google” é similar a expressões como “nativos digitais”, termo que se tornou conhecido por meio dos trabalhos do educador Prensky (2001). Por nativos digitais podem ser entendidos aqueles que nasceram após o surgimento da Internet, enquanto aqueles nascidos antes de meados da década de 1960 passaram a ser referenciados como “imigrantes digitais”. Todavia, Furtado (2013, n. p.) observa que a teoria de Prensky (2001) tem sofrido duras críticas ao ponto de o paradigma “nativo digital” ser considerado mito por alguns estudiosos. Isto porque – em seu trabalho - a idade irrompe como sendo o único fator taxativo para classificar as pessoas em nativos ou imigrantes digitais. Assim, Prensky, em 2009, com o intuito de clarificar a questão, lançou outro trabalho que postulou um novo conceito, o de “sabedoria digital”.

Urge mencionar que, até o momento, devido à ausência de uniformidade da literatura científica, não se pode considerar sobre quais as variáveis que realmente condicionam o uso da tecnologia por parte das crianças e jovens.

É conveniente abordar, neste ponto, os perigos do uso indiscriminado das mídias digitais por crianças e jovens, tais como: danos ao desenvolvimento cerebral, estresse nas comunicações, riscos de vícios, perda de privacidade, páginas da Internet malfazejas para crianças e jovens, *cyberbullying* e problemas de saúde oriundos da exposição continuada às radiações eletromagnéticas de telefones celulares (GLÖCKLER *et al.*, [2020?]). Ademais, neste início de terceira década do século XXI, com a interação social escassa devido à pandemia do coronavírus, o uso da tecnologia infantil aumentou significativamente. Tentar resolver este problema não é o melhor caminho. Se os filhos estão interagindo online com amigos e familiares distantes; se estão aprendendo novas habilidades ou

¹⁵ UNIVERSITY COLLEGE LONDON - UCL. **Information behavior of the researcher of the future.** London: UCL, 2008, 35 p.

encontrando maneiras criativas de se expressar, este não é o melhor momento para estresse dos pais, uma vez que as crianças estão equilibrando o uso passivo da mídia (jogos, filmes) com interações produtivas (VILELA, 2020).

Concomitantemente, torna-se importante ressaltar que a explosão informacional e o acelerado incremento das TICs trouxeram diversos e incisivos desafios às bibliotecas públicas brasileiras. Na atual conjuntura, estas instituições ainda não detêm equipamento tecnológico adequado para propagar o uso das novas tecnologias de informação (BERNARDINO; SUAIDEN¹⁶, 2011 apud MIRANDA; BERNARDINO, 2019). O empecilho das bibliotecas, entretanto, sobrepuja a falta de orçamento. O verdadeiro problema se conforma com problemas de gestão e de modelo de bibliotecas públicas (MACHADO; SUAIDEN, 2013, n. p.), o que acirra a crise em relação à sua missão social e demanda que a instituição se repense e se reinvente.

2.5 DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

Segundo Vergueiro (1989), o Desenvolvimento de Coleções como um processo, visto sob perspectiva sistêmica, é primacial para transmitir a noção de que atividades ligadas à coleção não podem ser analisadas isoladamente. O modelo deste processo - elaborado pelo bibliotecário G. Edward Evans - apresenta caráter cíclico, no qual uma etapa não se distingue das outras. Todas circundam a figura do bibliotecário, sendo que, ao redor dos componentes do processo, servindo como subsídio a todos eles, encontra-se a comunidade a ser atendida. Por conseguinte, as atividades ligadas à coleção - vistas como subsistemas de um todo - seriam: o estudo de comunidade, a seleção (precedida das políticas de seleção), a aquisição, o desbastamento e a avaliação.

Observa-se que o modelo é bastante esclarecedor por explicitar que se trata de um processo ininterrupto e do mesmo nível das outras atividades das bibliotecas (catalogação, classificação, empréstimo e elaboração de relatórios).

No caso das bibliotecas públicas, o trabalho de análise da comunidade¹⁷ é essencial, pois, nestas instituições, devido às flutuações advindas dos estudos de usuários, a seleção

¹⁶ BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir José. Imagem da biblioteca pública na Sociedade da Informação. **INCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 130-142, jan./jun. 2011.

¹⁷ É preciso mencionar que a biblioteca pública, apesar de ser a que possui uma clientela potencial com maior dinamicidade, é - segundo mostra a literatura nacional - a que mais sofre com a ausência de estudos de comunidade. E isso constitui um problema seríssimo, visto que a biblioteca pública precisa estar a par das mudanças suportadas por sua comunidade, a fim de subsidiar o desenvolvimento qualitativo do acervo.

dos materiais - alicerçada em uma política de seleção - deve constituir-se como cuidado especial, assim como a avaliação e o desbastamento das coleções (VERGUEIRO, 1993). Nesse sentido, é imperioso enfatizar o caráter político da atividade - comprovado pelo uso, em outros países, do termo “Política” de Desenvolvimento de Coleções para explicitar as decisões políticas, e não apenas as administrativas, que subjazem ao processo.

Em um texto de 1997, em que aborda o futuro das bibliotecas, Vergueiro já prenunciava que, em meio a um mercado que continua a produzir informação de forma incontrolada, também em formato digital, definir determinados agrupamentos de informação para a clientela/comunidade em contraposição a todos os outros possíveis deveria ser a tarefa do desenvolvimento de coleções dali em diante. Ademais, as preocupações dos profissionais de informação, no que tange ao desenvolvimento de coleções, manteriam grande nível de similaridade com aquelas que eles manifestam nos ambientes da informação predominantemente impressa, visto que - seja qual for o meio utilizado - deve-se ter em mente que o fim almejado é o fornecimento da informação necessária, ao menor custo possível para a instituição e com o maior nível de satisfação para o cliente. Profetizava o autor há mais de duas décadas: “talvez a importância social da atividade tenha até mesmo sido incrementada pelo advento das tecnologias de informação eletrônica, ao invés de ter sido minimizada” (VERGUEIRO, 1997, p. 104).

Um assunto que irrompe neste contexto de coleções e novas mídias faz menção à incorporação de e-books no ecossistema das bibliotecas. A possibilidade de atender às demandas sem as barreiras de tempo e espaço, permitindo a democratização do acesso ao conhecimento, é sobremaneira a grande vantagem desses materiais. Contudo, sem um modelo de negócio que se reporte satisfatoriamente aos objetivos das bibliotecas, essa vantagem se perde, visto que o custo dos e-books, além da dificuldade de condizer com as restrições dos editores, torna inviável sua aquisição. Sem falar em outros fatores, como a vertiginosa obsolescência da tecnologia e a exclusão digital (SILVA, 2013, p. 13).

A literatura destaca que, no Brasil, “a biblioteca do século XXI não será completamente impressa, tampouco completamente digital; contudo deverá reunir em seu acervo e, disponibilizar ao seu público, o melhor dos dois suportes - o impresso e o digital” (FREITAS; SILVA, 2014, p. 130). Desta maneira, esta instituição passará a configurar uma “biblioteca híbrida”, nomenclatura evidente em Tammaro e Salarelli (2008, p. 118), bem como em Orera Orera e Hernández Pacheco (2017). Nas palavras destes últimos teóricos constata-se que - nessa biblioteca híbrida - o conceito de

desenvolvimento de coleções passa por uma grande mudança. No passado, as operações da biblioteca nessa área destinavam-se quase todas a criar, desenvolver e manter uma coleção de propriedade da biblioteca. Atualmente, essas operações têm o intuito de tornar os recursos de informação, que não são necessariamente de propriedade da biblioteca, acessíveis aos usuários e, finalmente, empreender uma tarefa emergente que abrange a produção e o gerenciamento de seus próprios documentos digitais.

Cunha (2008, p. 15), entende ser vital que o desafio da mudança não seja encarado como uma ameaça mortal, consubstanciando talvez um renascimento da biblioteca, fazendo com que ela seja de fato um espaço de prazer e aprendizado.

Por sua vez, segundo Miranda e Bernardino (2019, p. 80), o documento que firma a política de desenvolvimento de coleções na biblioteca constitui a base de todo o acervo (físico ou eletrônico), sendo que as mudanças ocorridas nesta política buscam aprimorar as diretrizes focadas na formação e expansão do acervo, tendo por base os objetivos da biblioteca, as necessidades de informação da comunidade a ser assistida, bem como o orçamento e outros recursos informacionais (como os consórcios entre bibliotecas).

Tendo em vista que este artigo tem como foco o acervo infantil, devem ser pontuadas considerações quanto à seleção de materiais para crianças. Tomando por base os argumentos de Vergueiro (2010), os profissionais que atuam na seleção de suportes/formatos informacionais infantis precisam - visto que a produção editorial no Brasil é muito variada e nem sempre de qualidade adequada - atentar à disseminação de preconceitos e ao velado incentivo a discriminações de ordem étnica, cultural ou social que ficam subjacentes a figuras atraentes e histórias divertidas. Os bibliotecários devem identificar suas características mais marcantes: 1- ausência de minorias étnicas; 2- representação caricata de tais minorias; 3- subserviência da figura feminina em relação ao homem; 4- representação positiva das classes sociais dominantes. A par disso, materiais infantis editados pela indústria de comunicação de massa e advindos, por exemplo, de desenhos animados ou seriados televisivos - transplantados para o formato impresso com histórias insignificantes e desenhos pobres, sem coerência narrativa e imagética - não devem ser incorporados ao acervo das bibliotecas.

O critério de autoridade, por exemplo, irá reportar-se tanto ao autor do texto quanto ao ilustrador, baseando-se a decisão de seleção até mesmo na coleção em que o texto foi publicado. O critério de conveniência levará em consideração a faixa etária da criança e a conformidade do texto ao desenvolvimento intelectual do usuário potencial. A

avaliação das características físicas dos livros contemplará a resistência do material usado, dando-se preferência aos de maior durabilidade. Ademais, devem ser priorizados critérios que levem em conta a relação entre texto e ilustrações, bem como a apresentação gráfica. Especialistas deste gênero literário devem compor uma comissão especial de seleção para alavancar o nível de excelência do acervo.

Convém mencionar, neste ponto, que é por meio da opinião de uma especialista, a ilustradora Marilda Castanha (2020), que se abordará o "Conta pra Mim", projeto desenvolvido pelo Ministério da Educação e lançado em dezembro de 2019, que pretende incentivar a leitura em ambiente familiar, oferecendo oficinas de literacia e disponibilizando material para download para que os pais possam conhecer mais sobre estratégias e técnicas de leitura. O intuito de fazer menção a esse projeto está em explicitar sua ineficácia, tomando por base os critérios de seleção de livros para crianças que são estabelecidos já em um de seus primeiros vídeos. Marilda Castanha identificou nesse vídeo (dedicado aos pais de bebês de 0 a 3 anos) características que constituem afronta à literatura de qualidade enquanto espaço de liberdade. De fato, o MEC propõe uma cartilha reducionista: há o enquadramento do pensamento; há implantação de uma ideologia autoritária que dita, direciona o que deve ser lido e divulgado, o que deve ser internalizado. Segundo a ilustradora, o livro não pode ser criado (e nem escolhido) por um ditame exterior; sua seleção deve vincular-se à capacidade criativa do autor e do ilustrador de trazer à tona uma narrativa consistente, envolvente, que permita o pensamento, a identificação, o criar laços. Infere-se, pois, que a seleção de materiais para o público infantil constitui assunto sério, que deve ser balizado por critérios advindos de instâncias realmente compromissadas com o imaginário e as vivências da criança.

Como tentativa de solução para esse imbróglio, ressurgem iniciativas promissoras, como a do escritor Luiz Bras (2013) que - a partir das entrevistas e dos textos teóricos de Ana Maria Machado, Nelly Novaes Coelho e Tatiana Belinky sobre literatura infantil - elaborou um decálogo direcionado eminentemente para novos escritores interessados em escrever para o público infantil. Bras (2013) acredita que um decálogo como esse ajudará a evitar que muitos livros ruins entulhem as livrarias, as bibliotecas e as cabeças das crianças. Sem dúvida, o decálogo funciona concomitantemente como importante referencial no que tange aos critérios de seleção de materiais para os infantes.

Dez mandamentos da Literatura Infantil:

1. Evitar a infantilização da linguagem e das imagens;
2. Não ser professoral nem moralista;
3. Evitar os estereótipos e os clichês literários e visuais;
4. Não subestimar a inteligência do leitor;
5. Questionar os preconceitos e as verdades prontas;
6. Não fugir dos temas proibidos;
7. Investir nas sutilezas e no vocabulário mais elaborado;
8. Propor experiências literárias e visuais enriquecedoras;
9. Saborear a boa literatura infantil brasileira e estrangeira;
10. Conviver prazerosamente com as crianças (BRAS, 2013, p. 41).

Um outro aspecto a ser abordado e que se manifesta, segundo Vergueiro (1987), também no momento da seleção do acervo de uma biblioteca, é a autoanálise – que deve ser realizada pelo bibliotecário – de suas práticas de seleção, em que é indispensável que este profissional se conscientize do que está levando em conta para a rejeição ou incorporação de uma dada obra à coleção. É preciso que ele constate se tais conceitos se manifestam de forma objetiva ou se variam de acordo com seu estado de espírito. Uma forma fidedigna para averiguar a resposta para tais indagações seria a análise da política de seleção da biblioteca, porém a sua inexistência dificulta a desobstrução de tal cenário.

Com efeito, no Brasil, é comum a ausência de política para o desenvolvimento de coleção - seja ela bibliográfica, audiovisual ou museal - nas bibliotecas. Esta atividade - considerada como vital para o gerenciamento da biblioteca - é realizada de forma informal e improvisada, sobretudo, em número considerável das bibliotecas públicas de nosso país. Assim, justificativas para a aquisição ou não de materiais específicos não se baseiam em critérios claros ou que reflitam preocupação com as demandas dos potenciais usuários. Ao contrário, podem ser reflexo de avaliações subjetivas que não consideram o interesse público. Um exemplo de tal inobservância remete ao Guia de Classificação Indicativa (2018) - prolapado pela Secretaria Nacional de Justiça - para material audiovisual, cujos parâmetros sugestionam um panorama de como proteger crianças e adolescentes de conteúdos nocivos ao seu saudável desenvolvimento físico e psíquico, como preconiza o **Estatuto da Criança e do Adolescente** (1990). Se utilizarmos tal guia, como regra geral, para seleção de materiais em bibliotecas, conforme possibilita o próprio manual, à medida que os acontecimentos violentos, do âmbito das drogas e dos discursos sexuais vão tingindo um painel mais complexo com cores mais chocantes, agrava-se também a tendência de classificação indicativa e, por conseguinte, eleva-se a gradação atribuída à obra.

Neste compêndio, para a classificação livre, são aceitos conteúdos que apresentem: 1- arma sem violência; 2- morte sem violência; 3- violência fantasiosa (como brigas maniqueístas, de luta do bem contra o mal, sem que se coadunem com a realidade).

Já para a faixa etária de menores de dez anos, são admitidos conteúdos que apresentem: 1- angústia; 2- arma com violência; 3- ato criminoso sem violência (furtos, invasão de domicílio, corrupção); 4- linguagem depreciativa; 5- medo/tensão.

Para a faixa etária de menores de doze anos¹⁸, são permitidos conteúdos que versem sobre: 1- agressão verbal; 2- assédio sexual; 3- ato violento; 4- ato violento contra animal; 5- bullying; 6- descrição de violência (diálogos com descrições de abortos, de suicídios); 7- exposição ao perigo; 8- exposição de pessoa em situação degradante; 9- obscenidade (ato ou palavra com o intuito de ofender alguém); 10- supervalorização da beleza física; 11- supervalorização do consumo; 12- violência psicológica.

Desta maneira, o poder daqueles que decidem sobre a constituição dos acervos - quer sejam audiovisuais, museológicos ou bibliográficos - pode ser muito grande, reverberando até mesmo nas esferas político-administrativas afeitas ao controle das massas.

Um outro exemplo recente foi protagonizado por Damares Alves, atual ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos. Segundo reportagem no site do **El País**¹⁹ (2020), em 2019, ela condenou uma obra infantil, alegando que esta propagava uma apologia às bruxas. A partir deste episódio, os seres fantásticos tornaram-se elementos delicados na retórica conservadora propagada por membros do Governo Bolsonaro.

Em fevereiro de 2020, outro episódio veio somar-se à conjuntura censória. A Secretaria de Educação de Rondônia (Seduc) determinou o recolhimento, nas escolas estaduais, de 43 livros paradidáticos que teriam sido considerados detentores de conteúdo inadequado às crianças e adolescentes. Entre as obras proibidas, estavam clássicos da literatura nacional. A Seduc manifestou-se posteriormente, alegando que se tratava de uma notícia falsa, de modo que a medida foi revogada e não se efetivou.

¹⁸ São apresentadas as classificações indicativas até a idade de doze anos, obedecendo ao critério já exposto neste trabalho de referir-se apenas às crianças, atentando-se, desta forma, ao **Estatuto da Criança e do Adolescente** (1990).

¹⁹ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-02-13/caca-as-bruxas-de-damares-provoca-autocensura-no-mercado-literario-infantil.html>. Acesso em: 16 jun. 2020.

Cabe destacar que o movimento censório trouxe para discussão a “ideologia de gênero”²⁰. A título de exemplo, pontua-se que, segundo reportagem do site **Biblioo**²¹ (2019), o livro **-A bolsa amarela** de Lygia Bojunga Nunes, escrito em 1976 - foi alvo de críticas e de requerimento de um vereador da cidade de Limeira que se insurgiu contra a obra, alegando afronta à moral das famílias, e questionou seu uso pela rede municipal de educação. Após receber uma carta assinada pela Associação de Escritores e Ilustradores de Literatura Infantil e Juvenil, a Secretaria de Educação declinou o pedido do vereador.

Segundo reportagem no site do **El País**²² (2018), o próprio presidente Jair Bolsonaro, na época apenas presidenciável, divulgou numa entrevista em rede nacional o seu repúdio a uma obra que, segundo ele, faria parte do “kit gay”²³ e teria sido comprada pelo MEC para distribuição em escolas do país e faria parte do projeto “Escola sem Homofobia”. Acontece que o livro em questão, **Aparelho Sexual e Cia.**, nunca fez parte de tal projeto. E mais: sequer fora adquirido ou fizera parte de algum programa do Ministério da Educação. O que há registrado é uma aquisição, por parte do Ministério da Cultura em 2011, de apenas 28 exemplares da publicação para o programa “Livro Aberto”. Os livros foram disponibilizados a diferentes bibliotecas públicas do País.

Nestes tempos tão difíceis, entendemos ser imperioso aos bibliotecários reler o trabalho pioneiro de Lester Asheim (1980), para quem “a biblioteca é vista como um dos mais significativos símbolos de uma sociedade livre: ela deve ser aberta a todos e a *todas as ideias*” (ASHEIM, 1980, p. 218 - grifo do autor), de modo a lutar para impedir que a liberdade de ideias e a liberdade de acesso às ideias sejam ainda mais aviltadas.

²⁰ “No Brasil, o debate sobre a ‘ideologia de gênero’ (termo incorreto para se referir às discussões sobre gênero) se intensificou com a estruturação do Plano Nacional de Educação (PNE), em 2014. Neste caso, a proposta do Ministério da Educação (MEC) era incluir temas relacionados com identidade de gênero e sexualidade nos planos de educação de todo o país. Os críticos à ‘ideologia de gênero’ acusam a proposta de servir para doutrinação das crianças, desconstruindo os tradicionais conceitos de família, principalmente aqueles que estão baseados em preceitos religiosos.” Disponível em: <https://www.significados.com.br/ideologia-de-genero/>. Acesso em: 16 jun. 2020.

²¹ Disponível em: <https://biblioo.cartacapital.com.br/oito-livros-que-sofreram-tentativa-de-censura-recentemente-no-brasil/>. Acesso em: 16 jun. 2020.

²² Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207_054097.html. Acesso em: 15 jul. 2020.

²³ O “kit gay” foi a alcunha recebida pelo projeto “Escola sem Homofobia” e que criou uma forte polêmica no primeiro mandato da ex-presidente Dilma Rousseff. Basicamente, tratava-se de um kit de apoio para a formação de professores em temas vinculados aos direitos LGBTQIA+, como o combate à violência e ao preconceito no ambiente escolar. A pressão de grupos conservadores, porém, fez com que a então presidente vetasse a proposta, e as peças de conscientização nunca vieram a público.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste artigo apresentar ponderações acerca dos critérios para desenvolvimento de coleções, considerando o usuário infantil nas bibliotecas públicas.

Como forma de estabelecer um contraponto na discussão de tais critérios, tomou-se de empréstimo o Guia de Classificação Indicativa (2018) para materiais audiovisuais, da Secretaria Nacional de Justiça, que tem como base a gradação de conteúdos relacionados a temas como violência, sexo e armas para delimitação por faixa etária.

Cumprir destacar que a análise de tais categorizações se arvora ainda mais problemática quando se trata de literatura. Visto que há dificuldade de definir fronteiras entre as etapas da vida, a indicação de assuntos condizentes com determinadas faixas etárias é percebida primeiramente com estranheza, pois pressupõe a existência de textos literários “especiais” para pessoas de sete, nove ou onze anos e, portanto, a crença de que crianças de, por exemplo, nove anos serem todas iguais (!). Ademais, tal delimitação indiscriminada de conteúdo por idade não apoia nem um pouco, muito pelo contrário, a formação de novos leitores. Urge ressaltar argumento de Ricardo Azevedo (2004, p. 11) sobre a dificuldade de formar leitores insistindo em idealizações a respeito da leitura, aceitando passivamente a divisão de pessoas em abstratas faixas etárias, ignorando a existência de diferentes tipos de livros e textos e, ainda, sem levar em consideração certas especificidades de cada leitor e, sobremaneira, da Literatura, entre elas, o compromisso desta última com a existência humana concreta.

À guisa de conclusão do artigo, concordamos com Duarte e Mata e Caldin (2014, p. 63), que observam que os bibliotecários – atuantes na seleção de suportes/formatos informacionais para crianças - precisam ter uma base de conhecimentos prévios, um saber antecipado do tipo de literatura que a criança gosta de ler, um reconhecimento do que há disponível no mercado, bem como manter seus conhecimentos profissionais atualizados. Somente assim será estabelecido um trabalho afeito às idiosincrasias de cada leitor, condição *sine qua non* para atuação do bibliotecário atento às novas demandas da contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ASHEIM, Lester. Bibliotecas e censura. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. v. 13, n. 3 / 4, p. 217-222, jul./dez. 1980.

AZEVEDO, Ricardo. Formação de leitores e razões para a Literatura. In: SOUZA, Renata Junqueira de (org.). **Caminhos para a formação do leitor**. São Paulo: DCL, 2004.

AZEVEDO, Ricardo. A vida pode não ter sentido, mas não é proibido dar-lhe algum. [Entrevista concedida a] KRYMINICE, Felipe; CELLARIUS, Monique. **Cândido**, [2009?]. Disponível em: <http://www.bpp.pr.gov.br/Candido/Pagina/Entrevista-Ricardo-Azevedo>. Acesso em: 25 jun. 2020.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Gestão do Conhecimento e empoderamento: construção de uma política de atuação local da Biblioteca Pública Cearense. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**, Londrina: ENANCIB, out. 2018.

BOZZINI, José Angelino. Leitura na Contemporaneidade. [Entrevista concedida a] Paulo Sérgio Ramos da Costa. In: COSTA, Paulo Sérgio Ramos da. **A hora e a vez do usuário infantil nas bibliotecas?:** formação de acervos capazes de gerar sonhos e atitudes nas crianças. 2020. 175 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

BRAS, Luiz. Literatura Infantil: apenas para menores? **Revista Ponto**, São Paulo, n. 2, p. 32-43, abr. 2013.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1990.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça (org.). **Classificação Indicativa – Guia Prático**. 3. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2018, 48 p.

BRASIL não possui bibliotecas em número suficiente, diz manifesto da FEBAB. **Biblioo**, 2019. Disponível em: <https://biblioo.cartacapital.com.br/brasil-nao-possui-bibliotecas-em-numero-suficiente-diz-manifesto-da-febab/>. Acesso em: 25 maio 2020.

CASTANHA, Marilda. **Facebook**, 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/1065832954/posts/10218261104093443/?sfnsn=wiwspwa&extid=VvVvp6KFeSgGZWm0>. Acesso em: 25 jun. 2020.

CECCANTINI, João Luís Cardoso Tápias. Literatura Infantojuvenil, Leitura e Universidade: relações perigosas. **Miscelânea**, Assis, v. 2, p. 161-173, 1995.

CECCANTINI, João Luís Cardoso Tápias (org.). **Leitura e literatura infantojuvenil:** memórias de Gramado. São Paulo: Cultura Acadêmica; Assis: ANEP, 2004.

COLASANTI, Marina. Mais uma vez. **Marina manda lembranças**, 2019. Disponível em: <https://www.marinacolasanti.com/2019/12/mais-uma-vez.html>. Acesso em: 03 jul. 2020.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. Usuário, não! Interagente: proposta de um novo termo para um novo tempo. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 19, n. 41, p. 23-40, set./dez. 2014.

COSTA, Sandra Regina Santana; DUQUEVIZ, Bárbara Cristina; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. Tecnologias Digitais como instrumentos mediadores da aprendizagem dos nativos digitais. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 19, n. 3, p. 603-610, set./dez. 2015.

CUNHA, Murilo Bastos da. Das bibliotecas convencionais às digitais: diferenças e convergências. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, n. 1, p. 2-17, jan./abr. 2008.

DELLA COLETTA, Ricardo. Bolsonaro mentiu ao falar de livro de educação sexual no 'Jornal Nacional'. **El País**, 2018. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207_054097.html. Acesso em: 15 jul. 2020.

DUARTE, Evandro Jair; MATA, Claudete Terezinha da; CALDIN, Clarice Fortkamp. A competência informacional para seleção e disseminação do acervo literário infantil da biblioteca pública municipal Barreiros Filho: olhar estético. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 19, n. 41, p. 59-82, set./dez. 2014.

FARIA, Maria Alice. **Como usar a literatura infantil na sala de aula**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2007. (Coleção como usar na sala de aula), 156 p.

FERRAZ, Marina Nogueira. O papel social das bibliotecas públicas no século XXI e o caso da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, número especial, p. 18-30, out./dez. 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1. ed. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1975, p. 39.

FREITAS, Marília Augusta de; SILVA, Vanessa Barbosa da. Bibliotecas Públicas Brasileiras: panorama e perspectivas. **Rev. digit. bibliotecon. cienc. inf.**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 123-146, jan./abr. 2014.

FURTADO, Cassia Cordeiro. Biblioteca escolar, nova geração e tecnologias da informação e comunicação. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**, Florianópolis: FEBAB, jul. 2013.

FURTADO, Cassia Cordeiro; OLIVEIRA, Lídia. BIBLON: plataforma de incentivo à leitura literária para crianças. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 68-85, jan./jun. 2011.

GLÖCKLER, Michaela *et al.* **Crescer saudavelmente no mundo das mídias digitais**: um guia de orientação para pais, professores e todos os demais responsáveis por crianças e jovens. São Paulo: AD VERBUM Editorial, [2020?], 152 p.

GÓMEZ DÍAZ, Raquel; GARCÍA-RODRÍGUEZ, Araceli. Lectura en papel y digital en la biblioteca infantil: una convivencia necesaria. **Palabra Clave (La Plata)**, v. 7, n. 2, e045, abr. 2018.

GUIMÓN, Pablo. Os gurus digitais criam os filhos sem telas. **El País**, 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/20/actualidad/1553105010_527764.html. Acesso em: 25 jun. 2020.

HOROWITZ-KRAUS, Tzipi; HUTTON, John S. Brain connectivity in children is increased by the time they spend reading books and decreased by the length of exposure to screen-based media. **Acta Paediatr.**, v. 107, n. 4, p. 685-693, apr. 2018. Available in: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29215151/>. Access on: 05 apr. 2021.

LANZI, Lucirene Andréa Catini *et al.* Tecnologias de informação e comunicação no cotidiano dos adolescentes: enfoque no comportamento e nas competências digitais e informacionais da 'geração google'. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 17, n. 3, p. 49-75, set./dez. 2012.

LENT, Roberto. Educação após a pandemia: livros ou telinhas? **O Globo**, 2020. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/a-hora-da-ciencia/post/educacao-apos-pandemia-livros-ou-telinhas.html>. Acesso em: 05 abr. 2021.

LIMA, Letícia Aparecida de. **O livro e as novas mídias**. 2013. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Pedagogia, Centro Universitário Católico Salesiano *Auxilium*, Lins, 2013.

MACHADO, Frederico Borges; SUAIDEN, Emir José. O papel da biblioteca pública e seus desafios frente aos avanços tecnológicos. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,

DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**, Florianópolis: FEBAB, jul. 2013.

MILANESI, Luís Augusto. **Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas**. 2. ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, 261 p.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Gerenciamento de coleções em bibliotecas públicas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 3, p. 71 - 93, set./dez. 2019.

NUNES, Lygia Bojunga. **A bolsa amarela**. Ilustrações de Marie Louise Nery. 11. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1985, 115 p.

OBORG, Maria Sílvia Pires. Mediação de Leitura. [Entrevista concedida a] Paulo Sérgio Ramos da Costa. In: COSTA, Paulo Sérgio Ramos da. **A hora e a vez do usuário infantil nas bibliotecas?: formação de acervos capazes de gerar sonhos e atitudes nas crianças**. 2020. 175 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

OITO livros que sofreram tentativa de censura recentemente no Brasil. **Biblioo**, 2019. Disponível em: <https://biblioo.cartacapital.com.br/oito-livros-que-sofreram-tentativa-de-censura-recentemente-no-brasil/>. Acesso em: 16 jun. 2020.

OLIVEIRA, Joana. 'Caça às bruxas' de Damares provoca autocensura no mercado literário infantil. **El País**, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-02-13/caca-as-bruxas-de-damares-provoca-autocensura-no-mercado-literario-infantil.html>. Acesso em: 16 jun. 2020.

ORERA ORERA, Luisa; HERNÁNDEZ PACHECO, Federico. El desarrollo de colecciones en bibliotecas públicas. Fundamentos teóricos. **Investigación bibliotecológica**, México, v. 31, n. 71, p. 235-270, abr. 2017.

PAIVA, Sílvia Cristina Fernandes; OLIVEIRA, Ana Arlinda. A literatura infantil no processo de formação do leitor. **Cadernos da Pedagogia**, São Carlos, v. 4, n. 7, p. 22-36, jan./jun. 2010.

PAULA, Chico de. O incômodo e insistente dilema das bibliotecas brasileiras. **Biblioo**, 2019. Disponível em: <https://biblioo.cartacapital.com.br/o-incomodo-e-insistente-dilema-das-bibliotecas-brasileiras/>. Acesso em: 22 maio 2020.

PETELIN, Aline Barbosa. **Ações de mediação de leitura e formação do profissional bibliotecário: estudo nas bibliotecas dos Centros Educacionais Unificados e na rede municipal de bibliotecas da cidade de São Paulo**. 2019. 87 f. Dissertação (Mestrado em Organização, Mediação e Circulação da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

PRENSKY, Marc. Digital natives, digital immigrants. Tradução de Roberta de Moraes Jesus de Souza. **NCB University Press**, v. 9, n. 5, out. 2001.

SANTOS, Cássia Farias Oliveira dos. Uma discussão sobre a literatura juvenil. In: SEMINÁRIO DOS ALUNOS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE LETRAS DA UFF, 6., 2015, Rio de Janeiro. **Anais [...]**, Rio de Janeiro: Estudos de Literatura, 2015.

SANTOS, Maria Aparecida Paiva Soares dos; TEIXEIRA, Marina Gontijo. Catálogos de editoras e a circulação da literatura no contexto escolar. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 4, p. 133-168, dez. 2012.

SENNA, Ana; BARBOSA, Maria de Fátima S. O.; SOUZA, Thaianne Almeida. Biblioteca infantil como lugar de encantamento. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 108-125, jan./jun. 2017.

- SILVA, Ronaldo Alves da. E-books em bibliotecas: novos desafios para os bibliotecários. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**, Florianópolis: FEBAB, jul. 2013.
- SILVA, Bruna Daniele de Oliveira; SABBAG, Deise Maria Antonio. Fandom em bibliotecas públicas: mapeamento de iniciativas e suas aplicabilidades. **Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 17, p. 1-26, 2019.
- TAKAHASHI, Tadao. **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000, 195 p.
- TAMMARO, Anna Maria; SALARELLI, Alberto. **A Biblioteca Digital**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008, 378 p.
- VALENTIM, Marta Lígia Pomim. O perfil das bibliotecas contemporâneas. *In*: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (org.). **Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2016, p. 19-42.
- VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Censura e Seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 16, n. 1, p. 21-26, jun. 1987.
- VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis; APB, 1989. (Coleção Palavra-chave, 1), 96 p.
- VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 13-21, jan./abr. 1993.
- VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. O futuro das bibliotecas e o desenvolvimento de coleções: perspectivas de atuação para uma realidade em efervescência. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 93-107, 1997.
- VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Seleção de materiais de informação**: princípios e técnicas. 3. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2010, 120 p.
- VILELA, Jacqueline. Controlar o tempo de uso das telas é inútil. **Canguru News**, 2020. Disponível em: https://cangurunews.com.br/interacao-social-online/?utm_source=Canguru+News&utm_campaign=93dea0f3af-Canguru+News+43&utm_medium=email&utm_term=0_d5cd1f5a3d-93dea0f3af-195900259. Acesso em: 01 jul. 2020.
- WOLF, Maryanne. **O cérebro no mundo digital**: os desafios da leitura na nossa era. Tradução de Mayumi Ilari e Rodolfo Ilari. São Paulo: Editora Contexto, 2019, 256 p.

Recebido em: 20 de abril de 2021
Aprovado em: 20 de março de 2022
Publicado em: 14 de maio de 2022